

AS RELAÇÕES ENTRE A ESTRUTURA ECONÔMICO- SOCIAL E EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO TARDIO, DEPENDENTE E DE MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA

LAS RELACIONES ENTRE LA ESTRUCTURA ECONÓMICO-
SOCIAL Y LA EDUCACIÓN EN EL CAPITALISMO TARDÍO,
DEPENDIENTE Y DE MODERNIZACIÓN CONSERVADORA

Bruno Miranda Neves

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

bmirandaneves@yahoo.com.br | orcid.org/0000-0003-2405-9149

Gaudêncio Frigotto

Universidade Federal Fluminense, Brasil

gaudenciofrigotto02@gmail.com | orcid.org/0000-0002-2023-5654

Resumo

O presente resulta de uma síntese de produções sobre fundamentos das relações entre a estrutura econômico-social, o trabalho e a educação tendo como principal a formação técnico-profissional de nível médio integrada ao ensino básico. Esta opção deriva da natureza da coletânea da qual ele faz parte e que objetiva estimular a leitura de fontes clássicas e contemporâneas para entender a especificidade destas relações na sociedade brasileira de capitalismo tardio, dependente e de modernização conservadora (FERNANDES, 1974; OLIVEIRA, 2003).

Palavras-chave: Educação; Economia Política da Educação; Trabalho e Educação; Capitalismo; Educação Profissional Técnica.

LAS RELACIONES ENTRE LA ESTRUCTURA ECONÓMICO-SOCIAL Y LA EDUCACIÓN EN EL CAPITALISMO TARDÍO, DEPENDIENTE Y DE MODERNIZACIÓN CONSERVADORA

Resumen

El presente resulta de una síntesis de producciones sobre fundamentos de las relaciones entre la estructura económico-social, el trabajo y la educación teniendo como principal la

A R T I G O

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição - Não comercial - Compartilhar igual 4.0 Internacional.



formación técnica y profesional de nivel medio integrado en la enseñanza básica. Esta opción deriva de la naturaleza de la colección de la que él forma parte y que objetiva estimular la lectura de fuentes clásicas y contemporáneas para entender la especificidad de estas relaciones en la sociedad brasileña de capitalismo tardío, dependiente y de modernización conservadora (FERNANDES, 1974; OLIVEIRA, 2003).

Palabras clave: Educación; Economía Política de la Educación; Trabajo y Educación; Capitalismo; Educación Profesional Técnica.

Introdução

O presente resulta de uma síntese de produções sobre fundamentos das relações entre a estrutura econômico-social, o trabalho e a educação, tendo como principal a formação técnico-profissional de nível médio integrada ao ensino básico. Esta opção deriva da natureza da coletânea da qual ele faz parte e que objetiva estimular a leitura de fontes clássicas e contemporâneas para entender a especificidade destas relações na sociedade brasileira de capitalismo tardio dependente de modernização.

A produção de conhecimento – crítico ou conservador – reflete o mundo real e suas dinâmicas de criação e reiteração da sociabilidade. Sendo assim, a compreensão da Educação Profissional Técnica Integrada ao Ensino Médio exige que sejam aprendidos os seus condicionamentos estruturais e superestruturais. Para além da crítica às ideologias do capital, cumpre reconhecer pedagogias gestadas pelos trabalhadores em suas organizações e movimentos, que orientam práticas emancipatórias cujas experimentações se pautam pela cooperação, o bem comum e a apropriação do conhecimento historicamente acumulado em favor de produzir e reproduzir condições para a preservação da vida.

As lutas fundamentais sobre o modo de produção social da existência se dão no âmbito econômico nas relações capital/trabalho. Vale dizer, a luta de classes e as relações de forças entre elas pela disputa do poder e dos processos de formação em sentido amplo e, em sentido específico, da educação escolar. Autores como Antônio Gramsci (2010; 2015), Istvan Mészáros (2005), Dermeval Saviani (2007), Gaudêncio Frigotto (2006; 2003) permitem, no plano do pensamento social crítico, apreender a natureza destas relações.

Considerando o monismo materialista (KOSIK, 1986), o “econômico” deixa de ser visto como fator para ser tratado como estrutura econômico-social que engloba como conjunto das relações sociais fundamentais, mediante as quais os seres humanos, pelo trabalho, produzem as condições materiais de sua produção e reprodução como seres, eles mesmos, da natureza. A economia não é apenas a produção de bens materiais: é a totalidade da produção e reprodução do homem como ser humano social. A economia não é apenas a produção de bens materiais; é ao mesmo tempo produção das relações sociais dentro das quais a produção se realiza (KOSIK, 1986, p. 173). Para Kosik, mediante esta compreensão podemos analisar na sociedade as mudanças que alteram a realidade social, mas reproduzem a estrutura social capitalista dominante, daquelas que buscam a sua superação.

O trabalho, nesta perspectiva, passa a ser concebido como atividade teórico-prática, valor de uso. Trata-se do sentido ontológico ou ontocriativo que indica que é no próprio processo histórico de tornar-se humano que surge a atividade que denominamos de trabalho como algo específico dos seres humanos. Esta é a sua dimensão imperativa como atividade que responde às necessidades vitais de todo o ser humano: comer, beber, ter um teto para abrigar-se, vestir. Concomitantemente, porém, constitui-se no fundamento para responder às necessidades de sua vida cultural, social, estética, simbólica, lúdica e afetiva e, sob esta base, se vislumbra a esfera da liberdade, da escolha e da fruição. “A relação entre necessidade e liberdade é uma relação historicamente condicionada e historicamente variável” (KOSIK, 1986, p. 188). Sob esta concepção, é que o trabalho é um direito e um dever. Direito, porque se negado nega-se as condições elementares à vida. Dever, porque não é justo que uns não trabalhem e vivam da exploração do trabalho de outrem.

De imediato, esta concepção de trabalho nada tem que ver com as formas históricas que assumem essas atividades sob as sociedades de classe. Trabalho escravo e servil nos modos de produção que precedem ao modo de produção capitalista e compra e venda de força de trabalho, emprego, trabalho alienado sob o capitalismo. Sob este último modo de produção, rompe-se de

forma radical, mediante a propriedade privada das terras, da ciência, da tecnologia, da relação da maior parte da humanidade das bases materiais de sua produção.

No modo de produção capitalista, o Estado está dominadamente a serviço da classe detentora do capital e faz a mediação para explorar as classes subalternas reprimindo e conformando, enquanto também extrai mais-valia. Mas, é importante estar atento às dimensões que dizem respeito às relações entre mundo da produção (trabalho manual e intelectual) e mundo da educação e da cultura (reprodução). Dentro desta compreensão, a educação é parte fundamental da e na luta de classes. Como indica Raymond Williams (2007, p. 14)

(...) a dominação essencial de determinada classe na sociedade mantém-se não somente, ainda que certamente se for necessário, pelo poder, e não apenas, ainda que sempre pela propriedade. Ela se mantém também inevitavelmente pela cultura do vivido: aquela saturação do hábito, da experiência, dos modos de ver, que é continuamente renovada em todas as etapas da vida, desde a infância, sob pressões definidas e no interior de significados definidos.

Observa-se que neste modo de produção, o sistema educacional centra-se sob a contradição de que a crescente divisão do trabalho implicou a organização de instituições que preparam as gerações para as demandas do sistema produtivo, cada vez mais dependente da ciência e da tecnologia. Mas, ao mesmo tempo, tem que regular este conhecimento para que as filhas e filhos da classe trabalhadora compreendam os mecanismos de sua dominação e exploração.

A estratégia burguesa em relação à prática educativa escolar não consiste apenas na negação do saber socialmente produzido pela classe trabalhadora, senão também, da negação ao acesso do saber elaborado, sistematizado e historicamente acumulado. A desqualificação da escola para a classe trabalhadora consiste exatamente na simples negação da transmissão deste saber elaborado e sistematizado ou no aligeiramento desta transmissão. A luta pela apropriação deste saber – enquanto um saber que não é por natureza propriedade da burguesia – pela classe trabalhadora, aponta para o caráter contraditório do espaço escolar. Contradição que se explicita mediante a luta pela apropriação do saber elaborado, sistematizado e

acumulado para articulá-lo aos interesses de classe em conjunturas e movimentos sociais concretos. (FRIGOTTO, 2006, p. 201)

Neste sentido, trata-se de interpretar as mediações e as contradições pelas quais a educação se vincula ao mundo da produção material e ao conjunto das práticas sociais, ou seja, como participa da totalidade concreta, indicando que, a nosso ver, tal prática é parte superestrutural que se vincula à infraestrutura econômica, guardando relações dialéticas com ela.

1. Trabalho produtivo e educação da força de trabalho

Dentre os vínculos entre a estrutura econômico-social capitalista e a educação, a contribuição desta para o trabalho produtivo assume centralidade nas análises empreendidas desde a Economia Política da Educação (NEVES, 2023). Como enfatiza Florestan Fernandes (2020), a educação que pode conduzir à autodeterminação da classe trabalhadora e dos oprimidos na luta pelo poder para uma nova sociedade liga-se ao trabalho social. Considerando a realidade brasileira, nos termos colocados anteriormente, destaca-se que a educação é um desafio tão ou mais importante que a fome, pois sem compreender os mecanismos de sua dominação, os excluídos continuarão a padecer da mesma. Todavia, cabe enfatizar que o ensino que interessa à presente pesquisa não é neutro:

A pedagogia volta a ser a chave para a decifração do nosso enigma histórico. O que a Constituição [de 1988] negou, o povo realizará. Mas ele não poderá fazê-lo sem uma consciência crítica e negadora do passado, combinada a uma consciência crítica e afirmadora do futuro. E essa consciência, nascida do trabalho produtivo e da luta política dos trabalhadores e dos excluídos, não depende da educação que obedeça apenas à fórmula abstrata da “educação para um mundo em mudança”, mas sim da educação como meio de autoemancipação coletiva dos oprimidos e de conquista do poder pelos trabalhadores. (FERNANDES, 2020, p. 29)

O trabalho produtivo para o capital pode ser sucintamente resumido pelas atividades realizadas com venda da força de trabalho e por estarem postas no circuito de valorização do capital. Retomamos a definição contida no Capítulo VI Inédito d'O Capital:

Como o fim imediato e (o) produto por excelência da produção capitalista é a mais-valia, temos que somente é produtivo aquele trabalho (e só é

trabalhador produtivo aquele possuidor de capacidade de trabalho que diretamente produz mais-valia; por isso, só aquele trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital. [...] É produtivo, pois, o trabalho que se representa em mercadorias; porém, se consideramos a mercadoria individual, é-o aquele que, em uma parte alíquota desta, representa trabalho não pago, ou se levarmos em conta o produto total, aquele que, numa parte alíquota da massa total de mercadorias, representa simplesmente trabalho não pago, ou seja, produto que nada custa ao capitalista. (MARX, 2004, p. 108-109)

Segundo a concepção hegemônica dos elos entre economia e educação (Ideologia do Capital Humano), existe uma relação direta entre o investimento em educação e qualificação profissional e a produtividade do trabalho. Esse investimento teria uma importância igual ou superior à própria instalação de capital morto. Por essa lógica, conhecimentos, habilidades, saúde e atitudes adquiridas pela educação gerariam aumentos de produtividade, emprego e renda (individual e nacional), reduzindo as desigualdades entre pessoas e países.

As divisões sociais e técnicas, manual e intelectual do trabalho como decorrências de uma sociedade de classes, encontram na escola um locus de diferenciação e de desqualificação. Uma vez que não interessa à classe dominante e dirigente que haja, como mencionamos acima, condições de saber e de agir como classe para si – reconhecendo sua condição e combatendo por outra sociabilidade.

Constrangida pelo modo de produção capitalista, a educação se dá apartada da produção material. Sendo assim, a prática educativa potencializa indiretamente o trabalho (sob o capitalismo, seus vínculos não são imediatos). Entretanto, o aumento da produtividade e da renda é traduzido em ampliação da mais-valia, concentração de capitais e aprofundamento da concorrência intercapitalista. Pela rapidez exponencial da inversão das ciências em tecnologias, observa-se que a formação de um corpo de trabalhadores permutáveis diminui a escala da necessidade de trabalhadores qualificados; produz-se cada vez mais com menos trabalho vivo e em menos tempo; há um refinamento das propostas hegemônicas para a formação profissional.

Os vínculos entre progresso técnico-científico nem sempre demandam qualificação do proletariado. Muitas vezes, os processos de trabalho são simplificados, enquanto em outras, há uma necessidade de maior abstração e conhecimento científico elevado – fenômeno da polarização das qualificações. Então, ainda que a escola seja condicionada pela sociedade de classes, suas práticas afetam a luta pelo controle social da produção, dos bens e serviços coletivamente criados.

Tomando os trabalhos produtivo e improdutivo, material e imaterial em suas múltiplas determinações, Frigotto (2006, p. 146) nos explica que o “específico da escola não é a preparação profissional imediata. Sua especificidade situa-se ao nível da produção de um conhecimento geral articulado ao treinamento específico efetivado na fábrica ou em outros setores do sistema produtivo”.

O capitalismo transforma o trabalho vivo em trabalho produtivo no âmbito do processo global de produção material, mobilizando-o – com suas múltiplas qualificações e funções – para valorizar o investimento realizado, produzir, circular e concluir a rotação por meio do consumo das mercadorias e dos serviços. Há, portanto, que se considerar a utilização do trabalho manual, intelectual, material e imaterial, improdutivo e produtivo como momentos do processo contínuo de subsunção real do trabalho ao capital, isto é, como o capitalismo direciona e se apropria do trabalho coletivo combinado com os usos da ciência, da técnica e da tecnologia como um todo.

Essas complexas relações sociais de classe têm expressões também técnicas, mantendo seus fundamentos na exploração da natureza (infraestrutura), na expropriação do sobretrabalho (estrutura) e na cultura (superestrutura ideopolítica).

A tendência de redução do consumo do trabalho vivo na produção pelo acréscimo do capital morto (ciência tecnologia) produz o aumento do setor de serviços e as mudanças na gestão do trabalho permitem ao capitalismo tentar manter suas taxas de lucro. Além disso, a polarização das qualificações faz com que a escola e a educação, em geral, sejam a base para utilização da força de

trabalho (principalmente nas funções de administração, supervisão e planejamento próprias do trabalho intelectual formada pelos intelectuais orgânicos do capital na e para a produção).

No entanto, vale ressaltar que, quando combinado com outras formas de qualificação para o trabalho, torna-se possível dispensar uma preparação prévia, uma vez que os trabalhadores podem ser treinados nos próprios ambientes de trabalho – aprender fazendo – a operar sistemas e equipamentos baseados nas novas tecnologias da informação e da comunicação, que lhes impõem ritmos e procedimentos próprios de atuação.

A (con)formação de trabalhadores manuais e intelectuais de diferentes níveis é realizada pela ramificação do(s) sistema(s) de ensino para os diversos tipos de trabalhadores necessários ao aparelho produtivo. Por isso, reforça-se o entendimento acerca do papel mediato da educação para a economia de mercado.

Fica-se claro, então, que a escola enquanto instituição produtora ou simplesmente sistematizadora e divulgadora de saber – e um saber que no interior da sociedade capitalista é força produtiva comandada pelos interesses do capital, ainda que não exclusivamente – tem uma contribuição nula ou marginal na qualificação para o trabalho produtivo material e imediato, tendo em vista a desqualificação crescente deste tipo de trabalho, o mesmo não ocorre em termos de fornecimento de certo nível de conhecimento objetivo e elementar para a grande massa dos trabalhadores, e/ou de um saber mais elaborado para minorias que atuam em ocupações a nível de gerência e planejamento, supervisão, controle, e mesmo para determinadas funções técnicas das empresas de capital privado ou “público-privado”. (FRIGOTTO, 2006, p. 153)

Sob a hegemonia do capital financeiro, é interessante saber mais detidamente como se operam as divisões sociais e técnicas do trabalho, porque isso guarda um elo muito próximo com as formas de trabalho produtivo e improdutivo, sobre como estes tipos de atividades perpetuam o modo social de produção e reprodução social da vida material. Pensando no Brasil, país cuja economia é fortemente marcada pela ocupação de trabalhadores no setor de serviços (ou terciário), é importante compreender como essa realidade acarreta a manifestação para a classe que depende do trabalho como fonte de sustento. No entanto, ao contrário do que se poderia esperar, essa situação não resulta

em uma proteção sociológica para essa classe trabalhadora. Pelo contrário, ela é protegida pela superexploração e precarização do trabalho, o que torna sua condição ainda mais vulnerável.

Dados quantitativos sobre ocupação no setor de comércio e serviços – trabalho improdutivo no sentido de que não está vinculado diretamente à produção da mais-valia – no Brasil são reveladores de que a valorização do capital se dá de maneira complementar e necessária à acumulação obtida através da produção material. Portanto, constata-se que a heterogeneidade das atividades desenvolvidas neste setor está subsumida ao lucro – até pelo fato de responder por dinâmicas de extração de mais-valia absoluta e extra, comuns na fase de crise estrutural do capital que, para manter-se, nega a existência do sujeito que trabalha. A própria continuidade das pessoas no ambiente escolar explicita maneiras de empregar trabalhadores, retardar o ingresso no mercado de trabalho e/ou fazer com que este ingresso seja precarizado: emprega uma parcela significativa de trabalhadores e colabora com a legitimação dos discursos sobre a desqualificação como causa do desemprego que, em realidade, é estrutural.

O consumo dos serviços educacionais, a transferência direta ou indireta do fundo público para o ensino privado e a veiculação da ideologia burguesa no ensino público são partes da dinâmica do capital. Porém, certo nível de qualificação geral e de preparação específica para a produção é necessário tanto para o capital quanto para o trabalho.

O que quisemos enfatizar até aqui é que, tomando-se a prática escolar como uma prática social cuja função precípua não é a da produção de um saber específico, mas, pelo contrário, de um saber não-específico, geral, que se articula com o desenvolvimento das condições técnicas e sociais de produção em diferentes níveis e mediações, esta prática guarda uma relação efetiva com a estrutura econômico-social capitalista. (FRIGOTTO, 2006, p. 156)

Vista a tendência de a produção material precisar de mais saber técnico e de menos qualificação geral, o progresso técnico-científico alimenta a precarização das relações de trabalho, desqualifica a força de trabalho necessária à produção material e nivela por baixo o trabalho coletivo (em seus aspectos contratuais e educacionais). Com isso, a gestão do sistema escolar fita

nos mecanismos de inclusão/exclusão das pessoas em seu âmago, acentuando as disputas das forças políticas pelos sentidos da própria escolarização, cuja bifurcação (técnico e propedêutica) se multiplica em todos os níveis da educação escolar. Os desafios do Estado ante a escolarização (em seus diferentes níveis e modalidades) são extremamente problemáticos e contraditórios.

Ampliar e/ou estender o acesso da classe trabalhadora ao sistema educacional têm implicações políticas e econômicas para a gestão do capitalismo. Essa iniciativa está inserida na dinâmica da luta da classe trabalhadora por acesso a direitos, visando tanto a limitação do poder do capital como a superação do mesmo, levantando questões acerca da própria dualidade escolar. Ao analisar mais detalhadamente os nexos entre estrutura econômico-social capitalista e educação (geral e potencializadora mediata do trabalho), é sublinhado que, pelas contradições entre capital e trabalho, bem como suas mediações, o sistema de ensino contribui com a produção ao dotar a classe subalterna de conhecimentos não-específicos que podem ser mobilizados e interligados a funções técnico-profissionais (simples ou complexas). Igualmente, a permanência das pessoas nos diferentes níveis de ensino pode contribuir com a contenção do exército de reserva ao mercado de trabalho.

Algumas das maneiras do capitalismo se contrapor às mobilizações da classe trabalhadora por educação são vistas na negação do acesso, na diversificação da oferta, na multiplicação dos níveis, na precarização dos saberes disponíveis, na fragmentação do trabalho educativo etc. Isto sugere que, na atualidade, as formas de trabalho e de gestão dos processos produtivos – com utilização mais intensa de trabalho morto – equivalem a uma desqualificação do processo educativo, sob variados mecanismos de controle dos conteúdos e dos métodos de ensino e de avaliação. O corolário é que a burguesia e o Estado brasileiros acentuam a ineficácia do sistema educativo, até mesmo do ponto de vista da valorização do capital empregado na produção e na concorrência intercapitalista no país e no mundo.

Atualmente, a dualidade educacional é aprofundada pela diversificação, pela hierarquização e pela própria desigualdade que as constituem, observáveis nas ofertas em níveis e modalidades, cujas configurações revelam como as classes e frações de classes acessam os conhecimentos técnico-científicos, artísticos e culturais necessários ao desempenho de suas funções na sociedade (ARAÚJO, 2019). A escola “cresce para menos” (ALGEBAILLE, 2009) e “compete” com ofertas de capacitações para jovens e adultos trabalhadores (seja por cursos precários em colégios, empresas, ONGs etc.) e, também, as criações de cursos de graduações tecnológicas, mestrados e doutorados profissionalizantes etc. Percebe-se que a segregação perpassa a preparação da força de trabalho da educação básica ao ensino superior, reforçando condições de classe, prestígio social e remuneração¹.

Sobretudo, nas sociedades de capitalismo dependente e modernização conservadora como a brasileira é a precarização do ensino que assegura o domínio e a hegemonia burguesas na constituição de uma classe trabalhadora capacitada para produzir materialmente e se conformar com as formas predatórias de exploração. De outra parte, a estruturação e divisão do trabalho didático-pedagógico para os filhos das classes subalternas se dão em ambientes escolares nos quais as carências de condições estruturais, a política salarial e de carreira, a infraestrutura, o transporte, a merenda, o material didático etc. não correspondem às necessidades de um capitalismo dinamizado pelas ciências, pelas técnicas e pelas tecnologias do ohnismo¹/Toyotismo, ao contrário, se travestem em um obstáculo à modernização da produção material.

A maior participação das massas populares nos sistemas de ensino - dos anos 1960 em diante - foi acompanhada pelo tecnicismo pedagógico, pelo qual já se buscavam a racionalidade, a eficácia, a rapidez, a homogeneidade, a redução de custos e a produtividade próprias do taylorismo. Sob essa égide, proliferaram-se funções de especialistas da educação, cursos de capacitação e o

¹ Em referência ao engenheiro Taiichi Ohno engenheiro mecânico a quem se atribui grande importância na criação do Sistema Toyota de Produção, no aprimoramento do just in time e na invenção do Sistema Kanban

comércio de pacotes pedagógicos (materiais didáticos, teleducação, programas, sistemas etc.), responsáveis por gerir o processo de ensino e minimizar as interferências das subjetividades docentes e discentes, assim como das pressões das comunidades escolares. Ao que parece essas dinâmicas de verticalização e divisão do trabalho pedagógico dificultam a criatividade e a autonomia essenciais ao processo de ensino-aprendizagem e a democratização da escola pública. Uma escola que é anacrônica e abstrata acaba por se tornar “produtiva” aos interesses e ao metabolismo social do capital, por sua própria improdutividade².

2. Contradições e mediações entre estrutura econômico-social e educação

A aparente forma de ascensão social proporcionada pelos diplomas escolares e de nível superior, por um lado, justifica status/hierarquias e possibilidades melhores de acesso ao mercado de trabalho, enquanto, por outro lado, a graduação e a pós-graduação resguardam suas funções de qualificação para o trabalho intelectual, científico e tecnológico. Além disso, de conter e justificar pela meritocracia o compasso de espera por ocupações mais qualificadas e melhor remuneradas. Por isso, a problemática central do Estado no planejamento da política educacional tem que ver, justamente, com a manutenção dos privilégios de classe, que de tão arraigados têm a aparência de privilégios de casta.

Acredita-se que a qualificação profissional se dá para além da educação básica, ou seja, inclui a profissionalização para gestores, cientistas, profissionais liberais e intelectuais em nível superior. Há de se ressaltar aspectos relativos às mediações contingentes e desqualificação de determinadas carreiras com alguma sintonia com as necessidades da produção e da reprodução do capital.

² Exemplo bastante conhecido sobre a desqualificação do trabalho e da educação profissional, foi a ditadura civil militar ter tornado compulsória a profissionalização no ensino médio. A Lei 5.692 de 1.971 serviu justamente para comprovar que a ausência de articulação entre capacitação técnica e a realidade produtiva (existente ou projetada), fizeram com que a educação básica mantivesse relações de classes patológicas (CUNHA, 2005b; RODRIGUES, 1998). Por outro lado, esta Lei implantou-se sob a ideologia do capital humano deslocando a educação escolar referida à sociedade para formar para o mercado. Uma inversão que demarca uma crescente mercantilização da educação

De outra parte, ocorre uma precarização do conjunto das profissões (desemprego, subcontratação, rebaixamento salarial, piora das condições de trabalho etc.).

A escola, enquanto mediadora de relações econômico-sociais mais amplas, atua problematicamente nos diferentes níveis e modalidades da escolarização, nas quais se dão conflitos entre as formas de estar no mundo das diferentes classes e frações de classes. O específico da escola é o ensino da sociedade dos homens e da sociedade das coisas, forma pela qual estabelece seus vínculos com outras práticas sociais, inclusive com a econômica.

Compreendendo-se a prática educativa escolar como sendo uma prática política e técnica que não se situa ao mesmo nível da prática fundamental das relações sociais de produção que condicionam o modo de existência dos homens, nem da prática ideológica e política que sob essa base e estrutura, a influencia e a modifica, resta especificar a natureza da dimensão política e técnica da educação e como se articula com o conjunto das práticas sociais (FRIGOTTO, 2006, p. 183)

No nível político, é tido em mente que a mediação escolar é parte das lutas entre as classes que se originam na produção. Por isso, o tema é a relação entre os combates travados dentro e fora da escola: a dimensão política da ação pedagógica na linha dos interesses da classe trabalhadora se concretiza à medida que se busca viabilizar uma escola que se organiza para o acesso efetivo do saber que lhe é negado e expropriado pela classe dominante. Ao evocar o termo política e sua centralidade para a educação, está se enfatizando relações sociais mais amplas que se entrelaçam com as condições materiais de consecução do direito à escola.

Neste sentido, a educação almejada pela classe subalterna contém dimensões políticas e técnicas: a) acesso e permanência ao ensino público, gratuito, laico, inclusivo e de qualidade; b) essa primeira dimensão unifica por si só a luta pela democratização da sociedade; c) o compromisso ético-político traduzido em competência técnica que proporcione – em luta contra a realidade rebelde – os saberes objetivos dos domínios culturais, artísticos, científicos, filosóficos, éticos, estéticos etc. que foram e são negados ou ministrados apenas em doses para a classe subalterna.

É pelo e no trabalho humano que são identificadas as condições de estabelecimento de outra sociabilidade, na qual a satisfação das necessidades e a realização das potencialidades se coloquem como essenciais. O trabalho educativo, enquanto modalidade específica, pode potencializar as condições pelas quais os sujeitos se apropriam do conhecimento historicamente produzido e se corresponsabilizam pela vida humana. Portanto, é imperativo reafirmar que ética e politicamente a proposta da “Escola do trabalho” ou “Escola Unitária” é aquela que está mais sintonizada com a criação de condições intrassubjetivas e intersubjetivas para que todas as pessoas cooperem na produção material que satisfaça as necessidades humanas, enquanto também realize a unificação entre desenvolvimento mental e manual como direito de todos.

Como decorrência, é necessário articular as lutas pela gestão do trabalho social e daquilo que é ensinado no ambiente acadêmico, resgatando a unidade entre trabalho intelectual e manual – cuja cisão foi mantida e aprofundada pelas relações econômico-sociais capitalistas. Importa a reunificação das dimensões ontológicas entre economia e educação, mediante a reunificação entre mundo da produção e a escola, sob o princípio educativo do trabalho. Nesta direção, o ensino que interessa à classe trabalhadora é aquele que se dá em uma escola unitária, com educação politécnica (ou tecnológica) para a formação omnilateral. Este intento é impossível nos limites de uma sociedade de classes; entretanto, a realidade rebelde não serve de pretexto para adiar criações e experimentações de propostas comprometidas com a emancipação humana.

O que é relevante fixar e historicizar é que a união ensino e trabalho produtivo, e a defesa de formação politécnica, decorrem, no âmbito teórico, político e prático, da própria luta pela reconquista, pela classe trabalhadora, das condições objetivas de sua produção, isto é, da reconquista de algo que é a própria possibilidade de a classe ser redimida de sua degradação. (FRIGOTTO, 2006, p. 188)

Identifica-se que a base da escola politécnica é o saber historicamente acumulado pela humanidade, os conhecimentos que sobreviveram à crítica e que contribuem com a compreensão e com a intervenção sobre o meio natural,

para que as necessidades sejam satisfeitas e no qual se busque a utopia da poiesis. Logo, educar numa perspectiva marxista vai muito além da discussão política imediata: articula conhecimentos e práticas em benefício da coletividade, permitindo a reapropriação da humanidade com suas atividades vitais.

Destaca-se, portanto, que os embates por uma escola coerente com as necessidades imediatas e históricas das classes subalternas se dão desde a sociedade civil, criando e ampliando as possibilidades de superação do capital. Para esta tarefa de longo prazo, a classe trabalhadora forja seus intelectuais no processo de luta – são eles que organizam, formulam, educam e participam dos combates por uma consciência independente – e um partido que coletivamente organiza as ações político-pedagógicas através de múltiplos instrumentos e instituições – sindicatos, escolas, movimentos, jornais, círculos de leitura, clubes e outros.

Nesse duplo movimento criativo se exploram as contradições da sociedade produtora de mercadorias, ao se desarticular suas práticas hegemônicas e ao demonstrar a viabilidade de conformação de um novo bloco histórico, dirigido pelo compromisso com a plena realização das capacidades e satisfação das necessidades.

Ao explicitar criticamente as relações econômico-sociais que conferem status de privilégios a direitos que há muito são tratados como universais (no plano jurídico-normativo), desvelam-se processos sociais que assumem caráter cada vez mais violento e excludente. Para uma minoria, é destinado um ensino desinteressado da produção material, enquanto a maioria recebe rudimentos de saberes interessados no processo de produção e reprodução do status quo. Por essa perspectiva, o educador comprometido com a emancipação é um dirigente, um intelectual orgânico da classe trabalhadora, atuando ética, política e tecnicamente em benefício do aprendizado das maiorias discriminadas.

Para transmitir a transição para uma sociedade e uma educação diferentes, é necessário confrontar as contradições impostas pela realidade

concreta, em luta permanente pela garantia da igualdade substantiva para as pessoas que são essencialmente iguais, sistematizando e difundindo os conteúdos histórico-culturais e considerando as singularidades dos processos de trabalhos, da história, da estética etc. dos locais nos quais ensinamos.

Insiste-se na apreensão do trabalho, da educação e da qualificação profissional como relações sociais condicionadas pelas dinâmicas das lutas entre as classes, pela base técnico-científica, pelo modo de gestão, pelo Estado etc. Esse condicionamento é dialético, contraditório e dinâmico, o que nos faz reafirmar também que a burguesia necessita conformar a classe subalterna ao metabolismo social do capital, e a classe trabalhadora procura alargar sua participação no mundo socioeconômico e cultural, adquirindo e propagando outros valores ético-políticos. Cabe apreender as mediações da disputa pelo sentido mesmo da escolarização e da formação profissional.

As classes subalternas formulam em situações desfavoráveis suas organizações político-sociais, sua visão de mundo e sua pedagogia para usufruir dos benefícios do trabalho social. Por isso, buscam uma escola organizada de tal sorte que possibilite ao trabalhador o acesso ao ‘saber objetivo’ elaborado, sistematizado e historicamente acumulado para que a todos e a cada um seja garantida a plena expressão de suas potencialidades. Isto é, uma educação que assegure um domínio técnico, político, ético, estético e cultural para viver em sociedade, superando o senso comum e as ideologias que retificam a exploração, a opressão e a exclusão.

A questão que seguidamente se coloca é: mas por onde começar este processo revolucionário se as relações sociais dominantes, os conhecimentos e as concepções e práticas educativas são da classe dominante? A resposta a esta questão, no escopo do materialismo, é explicitada por Marx no Conselho Geral da Associação Internacional do Trabalho (AIT) em agosto 1869.

“Por um lado, é necessário modificar as condições sociais para criar um novo sistema de ensino, por outro, falta um sistema de ensino novo para poder modificar as condições sociais. Consequentemente é necessário partir da situação atual”. (MARX, apud LOMBARDI, 2011 p. 138).

Em nossa sociedade, de capitalismo dependente e de modernização conservadora, os avanços no campo da educação na busca de romper com a dualidade estrutural e na perspectiva da educação omnilateral e politécnica inscrevem-se na proposta da formação técnico-profissional integrada ao ensino básico. Como indicamos anteriormente, isto implica um embate no plano teórico das concepções de ser humano, como um ser social e de conhecimento e educação, mas entendendo que é na ação prática ou da práxis, no plano das contradições, que se efetivam as mudanças na construção de novas relações sociais na perspectiva de superação da sociedade capitalista. “O conteúdo político contra-hegemônico, uma epistemologia fundada na ideia de práxis e a possibilidade de interação pedagógica entre trabalho e educação na perspectiva da revolução social são os elementos que podem conduzir à formulação de objetivos educacionais integradores” (ARAÚJO, 2013, p. 40).

Uma das apreensões do conceito de práxis é a de atividade de transformação, construção e reconstrução. Fazendo-se referência à conflitividade e à dialeticidade da totalidade concreta que, tomada em sentido lato, diz respeito às relações entre as classes, o sujeito que conhece e o objeto de conhecimento e, mormente, da unidade entre ação e pensamento que abrange formas conscientes de estar no mundo (VÁSQUEZ, 2007, p. 117). Agregue-se a essas ideias de práxis o entendimento de que é no movimento do real que as tendências se confirmam ou são refutadas. A análise, as estratégias e as táticas mobilizadas e vitoriosas são aquelas que alcançam condições de disputar a condução moral e intelectual da sociedade, isto é, uma atividade teórico-prática que se desenvolve na própria ação crítica sem a qual se permanece na metafísica e no diletantismo.

O que significa que a verdade de um pensamento não pode fundamentar se não sair da própria esfera do pensamento. Para mostrar sua verdade, tem que sair de si mesmo, plasmar-se, adquirir corpo na própria realidade, sob a forma de atividade prática. Só então, situando-o em relação com a práxis enquanto esta se encontra impregnada por ele, e o pensamento, a seu turno, é, na práxis, um pensamento plasmado, realizado, podemos falar de sua verdade ou falsidade. É na prática que se prova e se demonstra a verdade, o “caráter terreno” do pensamento. Fora dela, não é verdadeiro nem falso,

pois a verdade não existe em si, no puro reino do pensamento, mas sim na prática. (VÁSQUEZ, 2007, p. 156)

Portanto, não se tratam de dados a priori e sim do combate das forças em presença pela afirmação do seu modo de ser, estar e refletir sobre o mundo. Em uma síntese provisória, pode-se afirmar que a práxis é o elemento de validação das perspectivas de mundo e da prevalência de um agrupamento em relação aos demais, o que significa dizer que para os trabalhadores interessa uma práxis transformadora em direção à superação da exploração e das opressões.

Atitude humana transformadora implica postura docente que transcenda ao simples exercício do cotidiano escolar, portanto, incorporando-se em um projeto político que almeja a transformação radical da sociedade, para o qual a ideia de integralidade na formação do homem é referência pedagógica central, porque lhe garantiria tanto os saberes científicos como os saberes relacionados a direitos e deveres, necessários para que todo cidadão possa estar em condições de tornar-se dirigente. Nesse sentido, a atitude docente frente à realidade educativa também necessita se adequar a esse projeto de sociedade, pois são professores e alunos quem realizam em suas atividades a unidade teórico-prática, sem o que as mudanças curriculares tornam-se vazias de sentido revolucionário. (ARAÚJO, 2013, p. 48)

Como decorrência, a síntese de uma contradição é alcançada pela dinâmica da práxis, que busca revolucionar ou conservar os aspectos estruturantes da realidade. Razão pela qual, reitera-se a atividade teórico-prática como critério de atuação na realidade, sem com isso acreditar que o fazer esteja subordinado ao fazer. De maneira diversa: é a maior ou menor coincidência, a execução do plano de realização que vai conferir a cada uma das forças em conflito as possibilidades de concretizar seu objetivo.

A título de considerações finais.

O que queremos ressaltar neste texto é a relação entre a estrutura econômico-social e os processos educativos, pensando na especificidade de nossa sociedade de capitalismo dependente e de modernização conservadora. O ponto central para não cair na idealização da realidade social e educacional, ou numa visão apenas reprodutivista dos interesses do projeto da classe dominante, é, como aponta Marx, *“é necessário partir da situação atual”*,

atuando concomitantemente na mudança das estruturas sociais e no sistema educativo.

No âmbito da luta na sociedade para alterar a situação de capitalismo dependente e modernização conservadora, aponta Florestan Fernandes, cabenos um duplo movimento: alterações dentro da ordem capitalista para melhorar a situação da classe trabalhadora, frente à fome, desemprego, trabalho precário, educação, saúde, habitação, cultura, lazer, etc., e, ao mesmo tempo, lutar para a superação do sistema capitalista. No campo da educação, combater a dualidade estrutural e as diferentes modalidades de ensino dentro da mesma, ao mesmo tempo desenvolver os germens da escola unitária, omnilateral e politécnica. Este duplo movimento, quando aponta avanços, têm sido interrompidos com ditaduras e golpes.

Assim foi a ditadura do Estado Novo protagonizada por Getúlio Vargas, criando o atual Sistema S e entregando a educação profissional ao patronato, com aporte compulsório de recursos públicos. As lutas dos Pioneiros da Educação ficaram em segundo plano.

O período de 1946, fim da ditadura Vargas até 1964, foi de intensa mobilização política e cultural na sociedade por reformas de base, erradicação do analfabetismo sob a ótica do livro de Paulo Freire, a "Pedagogia do Oprimido". Após tentativa de diferentes golpes, finalmente veio a ditadura empresarial militar que durou 21 anos. Na educação, como mencionamos na nota 8, efetivou uma contrarreforma em todos os níveis de ensino sob a égide da ideologia do capital humano deslocando a educação escolar referida à sociedade para o mercado.

Derrotada a ditadura, os embates na constituinte e nos movimentos sociais, populares, sindicais e de instituições científicas buscam a democratização da sociedade e da educação. É no desdobramento deste contexto que se afirma legalmente o ensino médio como etapa final da educação básica. A classe dominante, todavia, mediante os mecanismos de protelamento e dissimulação, efetiva um movimento oposto e, mediante o

Decreto 2.208/97, legaliza a dualidade estrutural, separando a formação profissional da educação básica.

Novamente os movimentos sociais, populares, sindicais, partidos democráticos e instituições científicas foram à luta e, em 2002, após três tentativas frustradas, foi eleito presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, que assumiu em Janeiro de 2003. No período dos governos populares, sob a liderança do Partido dos Trabalhadores (2003-2016), a busca de superação da dualidade, mormente a separação da formação técnico profissional da educação, têm se movido pela proposta teórico-prática do ensino integrado. Proposta combatida, por caminhos que se potenciam, pelos movimentos “Escola sem Partido” e “Todos pela Educação”. O primeiro, criado em 2004, defendendo a agenda ultraconservadora dos costumes, tendo como foco a desmoralização e instaurar a pedagogia do medo, da calúnia e da delação nos docentes que se pautam por uma análise crítica em seus campos disciplinares. O segundo, criado em 2006 por quatorze grandes empresas privadas e dezoito institutos privados a elas vinculados para disputar a visão mercantil da educação em todos os níveis de ensino.

Mais um golpe de Estado concluído com a deposição da Presidente Dilma Rousseff em agosto de 2016 interrompe os avanços na sociedade e na educação. Um golpe que teve um caráter político, midiático, jurídico e policial. Não por acaso a contrarreforma do ensino médio, a mais regressiva de todas, foi decretada por Medida Provisória nos primeiros dois meses do governo golpista e transformada em Lei em 2017. Mais regressiva porque líquida o sentido de educação básica e de ensino integrado.

O golpe teve como epílogo entregar o governo a um bloco de forças de extrema direita sob o comando de Jair Messias Bolsonaro, eleito presidente em 2018, e que em quatro anos destruiu a sociedade brasileira mediante posturas e práticas fascista. Na educação seguiu rigorosamente a pauta retrógrada dos costumes do Movimento “Escola sem partido”, introduziu a militarização nas escolas públicas e censurou a história mediante a política do livro didático.

A prova de que sempre houve luta por mudanças das forças que buscam mudanças estruturais foi a eleição, agora para o seu terceiro mandato, em 2022 de Luiz Inácio Lula da Silva. Uma vitória que implicou montar uma frente ampla com forças políticas opostas majoritariamente de centro e de direita para voltar à civilização. A invasão dos três poderes em oito de Janeiro de 2023 e o que está dia a dia revelando nos dão a ideia do que poderia acontecer com a reeleição de Bolsonaro ou o sucesso do golpe de estado planejado.

A síntese de José Luiz Fiori qualifica o teor do que poderia se aprofundar de forma devastadora.

Hoje, a palavra “bolsonarismo” é usada em todo o mundo, como sinônimo de violência irracional e destruição psicopática, feita em nome de versículos bíblicos, mas sem nenhum sentido ético e humanitário. Já é utilizada também como um sinal vermelho de advertência sobre o limite a que pode chegar a humanidade quando perde o sentido ético da política e da história, e se joga contra tudo e contra todos, movida pelo ódio, medo e paranóia, transformando a religião num instrumento de vingança e destruição da possibilidade de convivência entre os homens³(FIORI, 2019).

Toda esta digressão para sublinhar e recuperar o terreno perdido se efetiva num contexto adverso e que somente poderá avançar e não permitir o retorno ao governo das forças nazifascistas que representam o bolsonarismo, mediante a formação de uma frente popular. E o desafio maior está, paradoxalmente, no campo da educação. O Ministério da Educação está engaiolado pelo movimento Todos pela Educação. Isto se evidencia pela resistência ativa à revogação da contrarreforma do ensino médio. As mudanças propostas pelo Ministério da Educação, após longo processo de discussão para uma lei substitutiva, não alteram nuclearmente seu caráter, pelo contrário, o mantém de forma dissimulada. Em estados e municípios representados mais fortemente pelo Bolsonarismo, continuam a agenda da militarização das escolas e da agenda dos costumes.

Às forças democráticas cabe uma dupla e permanente tarefa: organização e ampliação de forças sociais e políticas, a sustentação do governo sem abrir mão das lutas históricas dos movimentos sociais e populares e das instituições científicas e culturais pela democracia efetiva na sociedade e na educação. Na educação, o desafio é retomar o Ministério da Educação para a esfera pública, única capaz de garantir direitos universais. No presente, é apenas um Ministério estatal, mas cada vez menos público.

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, por sua representatividade com mais de 670 campi, a maioria interiorizados, e pela expressão política que representa em cada localidade, é o espaço onde se pode resistir ativamente e exemplarmente à contrarreforma do ensino e à Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Isso, todavia, só será possível se construir uma unidade entre seus dirigentes e as bases. Sem esta resistência, a investida no médio prazo tenderá a converter esta potente rede pública de qualidade num Sistema S estatal, mas não público. Isso representará uma derrota não só para a Rede Federal, mas para a educação brasileira.

Entretanto, a reversão em plano nacional dependerá das organizações sindicais, políticas, dos movimentos sociais e culturais e das organizações científicas para convencer os jovens a resistir, em plano municipal, estadual e nacional, à contrarreforma do ensino médio, pois se permanecer estar comprometido o seu futuro como cidadãos na inserção no mundo da produção mostrando. Para isto, joga um papel importante a função docente de coletivamente reivindicar o direito de, ao mesmo tempo, ensinar e educar. Ensinar, mobilizando nos jovens o espírito científico, buscando desvelar o que está ocultado nos fenômenos e nos fatos sociais. Educar, trazendo em suas disciplinas as grandes questões e problemas a serem enfrentados para que as atuais e novas gerações tenham um futuro visível.

Referências:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima e FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Rev. Educ. Questão** [online]. 2015, vol.52, n.38, pp.61-80 ...

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FIORI, José Luiz. Religião, violência e loucura no Brasil. *Jornal Brasil de Fato* [versão online], São Paulo (SP), 15 de Maio de 2019 às 13:35

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista**. São Paulo: Cortez, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Ensino médio no Brasil e sua (im) possibilidade histórica**. Rio de Janeiro, Editora LPP/UERJ e São Paulo, Editora Expressão Popular, 2023

FRIGOTTO, Gaudêncio, (Org.) **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: EdUERJ: LPP, 2017.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LOMBARDI, José Claudinei. **Educação e Ensino na Obra de Marx e Engels**. Campinas: Editora Alínea, 2011.

NEVES, Bruno Miranda. **Educação Profissional Técnica de nível médio no Brasil: reconstrução histórica das disputas dos anos 1930 a 2014**. São José dos Pinhais: Seven Editora, 2023 [no prelo].

RAMOS, Marise N.; FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

WILLIAMS, Raymond. **Palavras-chave – um vocabulário de cultura e sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2007